

# MESA 5

## A RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE

### A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA NA “SOCIEDADE DO CONHECIMENTO”

*Lúcia Maria Wanderley Neves*

#### **LÚCIA NEVES:**

A minha fala e o que eu escrevi no texto têm o objetivo de socializar o que venho trabalhando às vezes sozinha e, na maior parte das vezes, coletivamente, dentro da escola, como pesquisadora. O que trago aqui selecionei entre os assuntos que venho pesquisando, ora com o coletivo, com estudos de política educacional, ora com a equipe no trabalho de política educacional, ora com Marcela Pronko, com quem fiz uma parceria. Vou tentar sinalizar cinco aspectos de política educacional que acho fundamentais para refletirmos a educação no Brasil de hoje. Fiz um texto síntese desses cinco princípios. Ele traz, então, resultados feitos do trabalho no âmbito do PAPES IV e resultados de trabalhos dentro do coletivo de estudos de política internacional. Essa pesquisa continua e eu espero que, no próximo ano, já possamos ter mais um livro continuando este nosso estudo sobre política no Brasil. Vou falar pouco porque os resultados já estão sintetizados nesse livro e na coletânea *Educação Superior: uma reforma em processo*, que é do coletivo, e também nos livros *A Nova Pedagogia da Hegemonia* e *O Mercado do Conhecimento e o Conhecimento para o Mercado*. Então, tenho algumas extrações e sínteses desses trabalhos.

No texto “A política educacional brasileira na 'sociedade do conhecimento’”, significa que nós não acatamos a sociedade do conhecimento como se tivéssemos vivendo hoje um mundo novo. Eu discuto o fenômeno educativo sob duas perspectivas: de educação política e de educação escolar. A educação, em nossa opinião, tem um papel estratégico na transformação da sociedade e também na conservação dela. Ela não se restringe só à educação escolar e estamos sempre trabalhando nessa

dupla dimensão de educação política e educação escolar. O texto apresenta algumas explicações para a rápida consolidação e estabilização da hegemonia do projeto mundial burguês de sociedade e de sociabilidade na atualidade brasileira, procurando entender nesse processo a natureza das reformas de educação escolar que se iniciam em nosso país no final do século XX. Na perspectiva de educação política, saliento algumas características de uma nova pedagogia da hegemonia para o século XXI e do novo intelectual urbano organizador do consentimento ativo da população, bem como algumas estratégias utilizadas para a formação de um novo homem coletivo. Na perspectiva de educação escolar, apresento ainda algumas características do projeto de massificação escolar em sua interface com a política de ciência e tecnologia, particularmente nos países de capitalismo dependente.

Com substanciada estratégia de legitimização do capital pós-consenso de Washington, a nova pedagogia da hegemonia vem permitindo a viabilização de um processo de mudança no padrão de politização das sociedades contemporâneas a partir de três movimentos concomitantes:

1) retorno, e permanência de um conjunto significativo da população, ao nível mais primitivo de consciência coletiva;

2) desmantelamento e/ou refuncionalização dos aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora;

3) estímulo estatal à expansão de grupos de interesse extraeconômico na sociedade civil e ação sistemática dos organismos internacionais em relação à implantação de uma nova política social, bem como ações sistemáticas do empresariado com vistas a desenvolver atividades de responsabilidade social.

Alguns desses aspectos já foram comentados pela Virgínia Fontes, pelo próprio Sergio Lessa e, se não me engano, por outros expositores que estão preocupados com essa redefinição da forma de fazer política no país hoje.

Esses movimentos vêm contribuindo para viabilizar a metamorfose do Estado de Bem-Estar Social para a sociedade do bem-estar, que tem na formatação de um Estado gerencial e de uma nova sociedade civil ativa sem antagonismos de classe, seu pilar fundamental. Juntos, o Estado gerencial e a nova sociedade civil ativa desenvolvem estratégias que viabilizam a reorientação no processo de ocidentalização das sociedades capitalistas contemporâneas consolidando, em todo o mundo, um modelo de ocidentalização do tipo americano. Carlos Nelson Coutinho foi quem primeiro usou essa expressão, mas houve uma preocupação ontem, durante o seminário, de várias pessoas que se inquietavam com essa hegemonia estadunidense no mundo contemporâneo. Nesse processo, as políticas sociais privatistas, fragmentárias, focalistas e localistas exercem papel fundamental. Com base nas reflexões do pensador

italiano Antonio Gramsci, ressalto ainda a importância da formação de intelectuais urbanos de novo tipo com vistas à implementação dessa nova pedagogia da hegemonia. Destacam-se nessa nova formação do intelectual urbano dois ingredientes indispensáveis:

1) o incremento de sua capacitação técnica com vistas a contribuir para o aumento da produtividade e da competitividade capitalista no atual estágio do seu desenvolvimento e concomitantemente;

2) uma nova capacidade de dirigente (esse tem sido o foco dos nossos estudos no coletivo, ou seja, essa nova capacidade de dirigente) que o prepare para a instauração de uma nova cultura cívica que, por meio da humanização das relações de exploração e de dominação burguesas, contribua para a obtenção do consenso da maioria da população ao receituário neoliberal ortodoxo ou reformista.

O novo intelectual urbano assume a importante tarefa político-ideológica de formar um novo homem coletivo que seja simultaneamente um cidadão empreendedor, do ponto de vista econômico, e um cidadão colaborador, do ponto de vista ético-político. Na educação desse novo homem coletivo, tem papel fundamental a difusão pelo Estado da ideologia da responsabilidade social. Mais do que esta ideologia, a filantropização social precisa, de fato, de uma profunda reforma intelectual e moral do homem coletivo contemporâneo, com vistas a perpetuar sob nova roupagem a dominação burguesa no século XXI. As ações de responsabilidade social preconizadas e executadas diretamente pela aparelhagem estatal se somam às atividades ditas autônomas dos parceiros na sociedade civil construindo novas e complexas arquiteturas e dinâmicas das políticas e do novo modelo de Estado.

Destaco, entre as ações culturais e políticas na implementação da ideologia da responsabilidade social:

1) a difusão de valores da nova ideologia no conjunto da sociedade desempenhando na mídia, nas igrejas e nas escolas papéis relevantes;

2) o estímulo à criação pelo Estado e pelo empresariado de novos sujeitos políticos coletivos que passam a executar ações apaziguadoras de conflitos com vistas a redirecionar ao potencial contestador dos movimentos sociais.

Todo esse processo de reeducação político-pedagógica é complementado na escola pela implementação do projeto educacional de massificação da educação viabilizado pela implementação de sistemas diferenciados, hierarquizados, de organização educacional e pedagógica. Esta proposta de massificação da educação escolar disseminada pelos organismos internacionais para a periferia do capitalismo e

assimilada rapidamente pelos governos brasileiros parte da constatação de que as sociedades contemporâneas concluíram um processo de transição econômica, política, ideológica e cultural que se encontra em um novo estágio de desenvolvimento, as chamadas sociedades do conhecimento, caracterizadas:

1) pela disseminação acelerada da segunda onda tecnológica caracterizada pelo uso intensivo das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) e simultaneamente;

2) pelo aumento da desigualdade social no mundo.

A massificação da educação escolar, ao mesmo tempo que amplia a submissão dos objetivos educacionais aos interesses empresariais por sua imensa diferenciação horizontal e vertical, sedimenta uma tendência a apagar gradativamente os limites existentes entre os vários níveis: ramos e modalidades de ensino. E também sedimenta a tendência antidemocrática de instauração de qualidades hierarquizadas de ensino. A estruturação hierarquizada da educação escolar na sociedade do conhecimento se espelha nas diretrizes políticas para a ciência e tecnologia dos países de capitalismo dependente. Baseados na constatação de que as sociedades em desenvolvimento devem fazer atalhos para contornar a histórica tendência a perpetuar a defasagem nas condições materiais para criar conhecimento, os organismos internacionais e o Governo brasileiro, na atualidade, propõem a aquisição de conhecimentos produzidos em “países desenvolvidos” associada ao esforço tecnológico local de busca de tecnologia mais apropriada e da escolha, absorção e adaptação do conhecimento global possível. Nessa perspectiva, os governos brasileiros passam a implantar o sistema nacional de inovação e não de pesquisa, tendo como horizonte estratégico o aumento da produtividade e da competitividade empresarial no século XXI. Nesse contexto da nova sociedade do conhecimento – e isso nos interessa muito de perto, para nós da área social –, as ciências humanas e sociais são chamadas também a produzir conhecimentos úteis e aplicáveis que contribuam para o desenvolvimento em âmbito nacional do capital social e cultural necessários à coesão social da denominada Nova Sociedade do Bem-Estar. Assim, a principal tarefa das ciências humanas e sociais nesse contexto é desenvolver e avaliar as estratégias de inclusão social por meio da promoção de tecnologias sociais capazes de oferecer soluções para o desenvolvimento local a partir da participação democrática e do “empoderamento”. Esse conjunto de diretrizes educacionais e desenvolvimento científico e tecnológico certamente perpassarão de alguma forma, a curto e médio prazos, a formação das próximas gerações de brasileiros e de um modo mais específico do conjunto dos profissionais da saúde.